



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1011328-02.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Bancários**  
 Requerente: **Jairo Ary de Freitas**  
 Requerido: **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

#### Vistos.

**Jairo Ary de Freitas** ajuizou ação declaratória com pedido de obrigação de fazer contra **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, Cooperforte - Cooperativa de Econ. e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltda e Banco do Brasil S/A** alegando ter contraído empréstimo com cada uma das instituições financeiras demandadas, alegando possuir um rendimento mensal equivalente a R\$7.849,37 a título de aposentadoria, enquanto o montante referente às parcelas dos empréstimos chegaram ao vultoso valor de R\$ 4.363,50, ou seja, 55,59% do total de sua remuneração mensal. Disse que os empréstimos foram necessários por motivos de saúde de sua família, à vista do que requereu que não fossem comprometidos mais do que 30% de seus rendimentos líquidos, que deve ser imposto às instituições financeiras, bem como a condenação das empresas rés a não inserir o nome do autor em órgãos de proteção ao crédito ou de promover informações à *Central de Risco do BACEN*, além de arcarem com os acréscimos legais e com os encargos da sucumbência. Juntou documentos.

A ré *Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ* contestou o pedido. Alegou, em preliminar, carência de ação. No mérito, disse que não negou a possibilidade de revisão do contrato firmado com o autor, porém, aduziu que o negócio já teria se consumado, uma vez que estariam regulares todas as assinaturas do autor, que concordou com todos os termos da avença, inclusive com a concessão dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

créditos pretendidos, inexistindo irregularidade na concessão do crédito. Dessa forma, concluiu pela improcedência do pedido por ausência de substrato constitucional e legal para seu acolhimento.

A ré *Cooperforte – Cooperativa de Econ. e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais LTDA.* contestou o pedido alegando, em preliminar, ilegitimidade de parte e impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, asseverou que a única instituição que seria capaz de controlar a limitação pretendida pelo autor é a *PREVI*, encarregadas do pagamento e dos benefícios mensais do autor. Afirmou que a parcela referente ao pagamento da primeira ré não ultrapassa o valor de 30% do salário do autor, e se este contraiu outras dívidas, as quais não suportou o pagamento, isto decorreu de sua livre e espontânea vontade, não havendo o que se falar em má-fé das instituições financeiras. Aduziu ainda que o autor há algum tempo, ininterruptamente, tem solicitado parcela de empréstimo adicional a cada pagamento (consignado) de uma mensalidade. Por isso, afirmou que ele agiu de má-fé e pugnou pela improcedência do pedido.

O réu *Banco do Brasil S/A* contestou o pedido se insurgindo contra a concessão do benefício da gratuidade de justiça ao autor. No mérito, argumentou que todos os procedimentos previstos nos atos normativos editados pelo *BACEN* foram devidamente observados e revisados quando da celebração do contrato, não podendo o banco ser responsabilizado. Afirmou que a parte autora assinou livremente o contrato de concessão de crédito, bem como usufruiu dos valores a ele dispostos, não podendo somente agora alegar desconhecimentos nem excessos referentes às operações financeiras realizadas em seu favor, postulando não possuir o Banco acesso à folha de pagamento do autor, fazendo o cálculo da parcela, portanto, com limite de 35% sobre os proventos líquidos dos creditados. Alegou ainda que o autor omitiu a informação de que possuiria outros empréstimos com demais instituições, de modo a concluir pela improcedência da ação.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O pedido comporta julgamento imediato, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade da produção de outras provas, além



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

daquelas já existentes nos autos, bastando os documentos juntados e as alegações das partes para o pronto desate do litígio.

O pedido é procedente em parte.

É certo que tanto o texto constitucional quanto o processual vedam a retenção de salários, pois é por meio deles que os trabalhadores se mantêm e sustentam suas respectivas famílias, quitando seus compromissos cotidianos.

Por outro lado, o desconto de valor superior a 30% do rendimento líquido auferido mensalmente pelo autor impõe subtração de importância direcionada ao sustento dele e de sua família, o que implica ofensa ao princípio da impenhorabilidade, com reflexos na própria dignidade humana.

Evidentemente, o autora é devedor e não pode deixar de pagar o que deve simplesmente porque o que recebe a título remuneratório é destinado a satisfazer as necessidades pessoais e da família, pois se assim fosse, nenhuma dívida seria paga com salário. No entanto, estes descontos não podem inviabilizar a própria subsistência do mutuário, impondo-se um patamar limite para que tanto os interesses das instituições financeiras, quanto dos consumidores, sejam resguardados na medida do quanto seja possível.

Para além deste arcabouço de ordem constitucional, a Lei nº 10.820/03, na redação dada pela Lei nº 13.172/2015, autoriza aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o desconto em folha de pagamento dos valores referentes a empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

Estabelece esta lei, em seu § 1º, que: *O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para: I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.*

Como se percebe, há um parâmetro legal adotado pelo legislador como



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

limite para incidência de descontos no que tange aos empregados sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este patamar é amplamente reconhecido pela jurisprudência como suficiente para resguardar um valor suficiente para que o indivíduo possa arcar com o pagamento do crédito concedido pelas instituições financeiras e ao mesmo tempo possa suportar o pagamento de seus gastos ordinários.

E, como se verifica pelos documentos juntados, o autor percebe a título de aposentadoria o valor de R\$ 7.849,37, estando obrigado ao pagamento de parcelas que remontam ao valor de R\$ 4.363,50, ou seja, superior à metade daquilo que ele recebe mensalmente. Esta soma é relativa ao valor de três empréstimos, contraídos com cada uma das rés (um contrato para cada), quantum que deve ser limitado, a fim de resguardar a própria subsistência do autor.

Em caso análogo, já se decidiu que: *EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - Pretensão da apelada de ver condenados os apelantes a absterem-se de efetuar descontos em seus rendimentos a título de parcelas de empréstimos superiores a 30% de sua renda líquida mensal e de obter a restituição do valor de R\$ 742,88, que teria sido indevidamente cobrado a título de seguro prestamista - Demanda julgada procedente - Inconformismo dos recorrentes que sustentam a aplicabilidade do Decreto Estadual nº 51.314/06, que restringia o limite de comprometimento da renda com empréstimo consignado em 50% dos rendimentos líquidos do servidor público estatual - Inadmissibilidade - Norma revogada pelo Decreto Estadual nº 60.435/2014, que considera a margem consignável no percentual de 30% - O pagamento das parcelas dos empréstimos não pode comprometer a subsistência da contratante, tendo em vista o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, a regra da proteção salarial (art. 7º, X, CF) e seu caráter alimentar, assim como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade - Precedentes do STJ e desta Corte, que limitam os descontos desta natureza a 30% dos vencimentos do devedor - Inteligência das Leis nº 10.820/03 e nº 8.112/90 - Alegação de imposição de contratação de seguro - Fato não impugnado especificamente - Presunção de veracidade. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Pretensão das rés de verem reduzida sua condenação - Descabimento - Arbitramento que observou os critérios do art. 85, § 2º, do NCPC - Recursos desprovidos. (TJSP. Apelação nº 1079417-88.2014.8.26.0100. Rel. Des. **Mendes Pereira**; Comarca: São Paulo; Órgão*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

juizador: 15ª Câmara de Direito Privado; j. 09/06/2017).

Assim, a solução justa e que atende à equidade contratual e aos princípios fundamentais do sistema jurídico brasileiro está em limitar o comprometimento da verba remuneratória a patamar razoável, assim considerado 30% dos vencimentos mensalmente recebidos pelo autor, a fim de resguardar uma parcela destinada à própria manutenção ínsita à condição de pessoa que vive em sociedade. Ao mesmo tempo, as instituições financeiras continuarão recebendo o que lhes é devido, embora de forma limitada pelas razões já invocadas.

Cabe destacar que o autor não busca a revisão das cláusulas contratuais, tampouco a declaração de invalidade, mas apenas a adequação do pacto, a fim de que não fira outros valores resguardados pelo ordenamento assim como a liberdade contratual. Nesse sentido, inclusive, tem sido a orientação jurisprudencial do Tribunal de Justiça de São Paulo:

*CONTRATO BANCÁRIO. LIMITAÇÃO DE DESCONTOS DE PRESTAÇÕES A 30% SOBRE RENDIMENTOS DA PESSOA. Ação revisional de cláusulas contratuais, com a finalidade acima apontada. Procedência. Insurgência de parte a parte. Contrato de mútuo bancário, com consignação em folha de pagamento. Operação regularmente contraída. Remuneração. Patrimônio disponível da pessoa. Lançamentos legítimos até o pronunciamento judicial limitatório. Caráter alimentar. Prestígio ao princípio constitucional da dignidade humana. Orientação jurisprudencial majoritária que determina a observância de limites estabelecidos pela Lei nº 10.820/2003. Decisão adequada. "Astreintes". Pretensão da autora de inclusão expressamente na sentença de valor devido a título de multa por descumprimento da tutela antecipada. Descabimento. Apuração que deve ocorrer em fase de cumprimento de sentença. Necessidade de análise mais acurada da resistência oferecida à ordem judicial. Exegese do art. 461, § 6º, do CPC. Manutenção integral da conclusão de primeiro grau. Recursos da autora e da ré não providos. (TJSP. 23ª Câmara de Direito Privado. Ap. 1001291-24.2014.8.26.0100, Rel. Des. **Sebastião Flávio**, j. 30/09/2015).*

*CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMOS. AÇÃO DE LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO E/OU CONTA CORRENTE. DESCONTO DOS EMPRÉSTIMOS EM CONTA CORRENTE OU EM FOLHA DE PAGAMENTO.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

*POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS, À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. Tendo a autora se utilizado dos valores disponibilizados a título de empréstimos, deve arcar com os débitos existentes, pois os contratou. Somente devem ser descontados valores que não interfiram na sua subsistência, conforme preceitua a Lei 10.820/03, sendo os mesmos (empréstimos) limitados em 30% do vencimento líquido da autora. Apelação parcialmente provida. (TJSP. 12ª Câmara de Direito Privado. Ap. 0024763-57.2010.8.26.0344, Rel. Des. **Sandra Galhardo Esteves**, j. 02/07/2014).*

Resta definir o modo como, no caso dos autos, será feita a limitação, uma vez que são três os contratos de empréstimo celebrados pelo autor, com três instituições financeiras diversas. Considerando que o desconto total (a ser dividido entre as três rés) deve permanecer limitado a 30% dos rendimentos líquidos do autor; o valor diverso de cada parcela mensal; a possibilidade de variação mensal dos vencimentos (aumentos concedidos periodicamente, recebimento de décimo terceiro salário, etc) e o tempo de contratação mantido com cada instituição financeira, afigura-se razoável a determinação de que a cada uma delas caberá, mensalmente, 10% dos rendimentos líquidos do autor, que deverão ser descontados pelas rés das parcelas com vencimento em cada mês, com o devido abatimento do saldo total devido.

Caberá às rés adotar as providências administrativas tendentes a respeitar o limite estabelecido nesta sentença, o que poderá ser melhor delineado, se necessário, na fase de cumprimento de sentença.

Não é possível conceder provimento jurisdicional que impeça as rés de, em caso de inadimplemento, apontar o nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito. Como afirmado, embora possível a limitação dos descontos, os valores são devidos às instituições financeiras. Logo, não pode o Estado impor ao particular a proibição do exercício regular de um direito reconhecido pelo próprio ordenamento. Ora, o devedor tem a obrigação de adimplir mensalmente os valores contratados, nos termos dos limites aqui fixados, não podendo deixar de cumprir esta obrigação e ao mesmo tempo impedir que seus credores exercitem o direito de recebimento do crédito que a eles cabe. Pensar de forma diversa seria um verdadeiro contrassenso.

Em consulta ao resultado do julgamento do agravo de instrumento interposto pelo autor contra a decisão que indeferiu o pedido de tutela provisória, vê-se





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

que o egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo reformou referida decisão e concedeu a tutela antecipada pretendida pelo autor, de modo que após a liberação desta sentença nos autos será juntada cópia do mencionado acórdão, observando-se que caberá ao autor noticiar eventual descumprimento da ordem após a intimação das rés sobre o desfecho desta demanda e de referido recurso.

Por fim, a gratuidade de justiça concedida ao autor deve ser mantida. O artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil, contém presunção de veracidade acerca da alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural e inexistem nos autos elementos concretos para se revogar o benefício neste momento processual. Ainda, o § 2º, do mesmo dispositivo legal, determina que: *O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.*

Neste cenário, embora impossível a revogação de plano do benefício concedido, nada obsta que sejam determinadas providências aptas a verificar de o autor, de fato, faz jus ao benefício, de modo que ele deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta sentença, suas três últimas declarações de imposto de renda, a fim de verificar se persistem os pressupostos que autorizam a manutenção da benesse legal.

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido, para impor às rés a obrigação de fazer, consistente em limitar os descontos efetuados nos rendimentos mensais líquidos do autor, em virtude dos contratos celebrados, ao patamar de 30% (trinta por cento) deste valor, na proporção de 10% (dez) por cento para cada instituição credora, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Ante o decaimento mínimo do pedido, condeno as rés ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. A proporção de responsabilidade das rés pelas verbas sucumbenciais será de um terço para cada.

No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta sentença, o autor



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

deverá apresentar suas três últimas declarações de imposto de renda, a fim de verificar se persistem os pressupostos que autorizam a manutenção do benefício da gratuidade de justiça.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 20 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**